

Cidades Imaginárias

VEIGA, José.Eli da. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002. 304p.

Numa coletânea de 60 artigos, agregados em cinco capítulos, em estilo direto e provocativo, o autor propõe uma reflexão mais aprofundada sobre os caminhos do desenvolvimento rural brasileiro e sua importância para a nossa sociedade. Mostra que, se tomarmos os critérios internacionais como parâmetro, livrando-nos da legislação atual, advinda do período getulista, que orienta o IBGE em seus censos, o mapa do Brasil seria diferente da visão que usualmente se tem, o que teria profundos rebatimentos sobre as Políticas Públicas. Em suas palavras, “não é admissível que se considere mais de 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem entre 4500 e 5000 cidades imaginárias”. Nesse sentido, chama a atenção para a inconsistência da visão do rural que se gerou, associada frequentemente ao agrícola, e muitas vezes como sinônimo de *agribusiness*, deixando para as políticas compensatórias o tratamento da agricultura familiar.

O quadro que desenha está baseado na idéia de que “as novas fontes de crescimento econômico das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades do patrimônio natural e cultural”. Sua preocupação é contribuir com elementos que permitam ajudar a desenhar um progra-

ma de desenvolvimento sustentável para o Brasil rural, visando a “busca do pleno emprego, a defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais, a função social da propriedade e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte”. Na evolução dos artigos vai detalhando aspectos fundamentais para esse intento, que podemos entender como premissas para um projeto estratégico para o meio rural brasileiro. Entre esses destacaríamos:

1. O rural é necessariamente territorial, e não setorial, como está na concepção dos atuais planos e programas governamentais;
2. A preferência pelo padrão de expulsão prematura de força de trabalho do campo não extinguiu a possibilidade de transição para o padrão de redução da pobreza;
3. É importante que se facilitem as articulações locais nas microrregiões dos municípios rurais. Para tal, faz falta um arranjo institucional que ajude essas articulações;
4. O desenvolvimento regional deve estar baseado na reconstrução do território e em consolidação dos sistemas produtivos locais. Nesse processo existe um fator condicionante de curto prazo que é a degradação ambiental;
5. O contrato territorial tem três pilares básicos, quais sejam, a aposta na aquisição de competências, a estruturação de programas de inovação rural e a criação de redes municipais;

6. O Governo Federal não pode se restringir a repasse de recursos financeiros em sua articulação, sendo ator privilegiado na fixação de bases para contratos que modifiquem a situação atual;

7. O processo de desenvolvimento pode acabar por deslocar a base da economia rural de exportação de produtos primários e manufaturados, para novas atividades em que a ênfase se situe nas atividades rurais não agrícolas e na agricultura familiar.

A opção preferencial pela agricultura familiar é linha mestra do texto. Faz críticas contundentes ao afirmar que “só se pode lamentar, então, que nos últimos cinco anos apenas 2,5% da área dos estabelecimentos agrícolas brasileiros tenha sido transferida de perdulárias fazendas para os sítios familiares.” Mas não se nega a defender, quando considera correto, políticas atuais como o PRONAF. Fazem parte de sua lógica de raciocínio diversas experiências internacionais por ele analisadas, com ênfase nos casos europeus e americanos.

Evidentemente, o leitor fica instigado a novas reflexões e o livro provoca novos questionamentos. No meu caso, as perguntas que pareceram mais relevantes são: A visão do rural dos países centrais é parâmetro para países periféricos? O rural não agrícola já tem um peso significativo no caso brasileiro? Neste contexto, o ambiental já pode ser considerado, realmente, um fator econômico de diferenciação? Poderemos, no nosso País, realmente afirmar que “ruralidade não é sinônimo de atraso”? Como se poderão articular, no curto prazo, as ações na área econômica e na ambiental? Por fim, até que ponto o êxito do Vale do Caí e do município de Feliz, no que tange a seus altos IDHs, pode ser exemplo ou reproduzido nos subespaços rurais mais deprimidos da Nação?

A mensagem que fica é de que o rural brasileiro é muito mais complexo do que tem sido trabalhado pelos estudiosos, e que a agenda de pontos propostos pelo autor para seu tratamento não

pode ser ignorada em nenhum projeto político que pense seriamente o desenvolvimento do País. É uma leitura obrigatória para o início de um debate que vise o desenvolvimento e a inserção.

Abraham Benzaquen Sicsú

** Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco e Professor da UFPE,*